



Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata Mineira*

Guélmer Júnior Almeida de Faria¹
Ana Louise de Carvalho Fiúza²
Natália Barbosa Rodrigues³

Submissão: 08/10/2021

Aceite: 22/01/2022

Resumo

A Zona da Mata Mineira é uma região com profundas disparidades socioespaciais e territoriais como resultado do denso e difuso processo de desenvolvimento que não surtiu efeitos nas dinâmicas socioeconômicas. Denota-se uma heterogeneidade, com um considerável número de municípios com menos de 10.000 habitantes, marcada pela penduralidade entre campo-cidade, empobrecida e agrícola. Nosso objetivo, portanto, é caracterizar a dinâmica sociodemográfica e socioeconômica da Zona da Mata Mineira da década de 1970 aos dias atuais, assim como compreender as dinâmicas produtivas, as especificidades e as características dos seus estabelecimentos agropecuários. Adota-se uma perspectiva analítica, concatenada com uma pesquisa quantitativa, a partir de dados secundários do IBGE (SIDRA), IPEA (IPEADATA), Censo Agropecuário e IDHM, com pesquisa e análise bibliográfica e documental. Os resultados revelam a relação entre número de estabelecimentos e tamanho do estabelecimento ao verificar que os contrastes podem determinar a reprodução dos pequenos e médios estabelecimentos dos municípios. As ambiguidades e disparidades entre as microrregiões são resultados de uma ação combinada e contraditória das diversas práticas desenvolvimentistas socioeconômicas e de políticas desajustadas.

Palavras-chave: *Economia regional. Estrutura fundiária. Desenvolvimento regional. Produção agrícola. Zona da Mata Mineira.*

Socio-demographic and economic characteristics of agricultural establishments in impoverished regions: the case of Zona da Mata Mineira

Abstract

The Zona da Mata Mineira is a region with deep socio-spatial and territorial disparities as a result of the dense and diffuse development process that had no effect on the socioeconomic dynamics. It denotes a heterogeneity, with a considerable number of municipalities with less than 10,000 inhabitants, marked by the pendurality between countryside and city, impoverished and agricultural. Our goal, therefore, is to characterize the socio-demographic and socio-economic dynamics of the Zona da Mata Mineira from the 1970s to the present, as well as to understand the productive dynamics, the specificities and the characteristics of its agricultural establishments. An analytical perspective is adopted, concatenated with a quantitative research, based on secondary data from IBGE (SIDRA), IPEA (IPEADATA), Agricultural Census and IDHM, with bibliographic and documental research and analysis. The results reveal the relationship between number of establishments and establishment size by verifying that contrasts can determine the reproduction of small and medium establishments in the municipalities. The ambiguities and

* Os autores agradecem o apoio financeiro do CNPq para a realização da presente pesquisa e da CAPES pela Bolsa de PNPd.

¹ Doutorado em Desenvolvimento Social (UEMC). Pós-Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas (PNPD/CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa. <https://orcid.org/0000-0003-2089-3064> E-mail: guelmerjrf@yahoo.com.br

² Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). Pós-Doutorado no Centro de Investigações em Ciências Sociais (Universidade do Minho, Portugal). Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: louisefiusa@ufv.br

³ Graduada em Agronomia (UFV). Bolsista de Iniciação à Extensão. E-mail: louisefiusa@ufv.br

disparities among the microregions are the result of a combined and contradictory action of the various socioeconomic developmental practices and disjointed policies.

Keywords: Regional economy. Land structure. Regional development. Agricultural production. Zona da Mata Mineira.

1 Introdução

A Zona da Mata Mineira figura como uma das regiões mais heterogêneas das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais. De uma região próspera e dinâmica, advinda da extração de ouro no século XVIII, posteriormente, com a derrocada do ciclo do ouro, especializou-se na agropecuária e na pecuária no desenrolar do século XIX. Entretanto, no século XX, assistiu-se o declínio da agropecuária, ocasionando a estagnação socioeconômica em diversas atividades (SILVA, 2006). Atualmente, no século XXI, nota-se uma “reprimarização” das atividades agropecuárias, como a cafeicultura, aliando-se ao setor de serviços de saúde e educação como bases de sua diversificada economia.

Para Carneiro (2006), os padrões internos diferenciados das atividades econômicas e dos modos de produção foram os responsáveis pela formação socioespacial intrarregional desigual da Zona da Mata Mineira. A conjugada disparidade é observada pela coexistência de áreas ricas e desenvolvidas (microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá) e pobres e periféricas (microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé). Isso favorece um padrão desigual do espaço regional, cuja consequência é a diversificação interna no uso do território (CARNEIRO, 2006).

Pires et al (2018) afirmam que as dinâmicas centro-periferia podem ser observadas em escala continental ou nacional e se reproduzem intrarregionalmente. As manifestações do comportamento médio de um país escondem uma elevada heterogeneidade entre suas regiões, o que pode ocultar realidades internas muito diversas e, habitualmente, identificar comportamentos do tipo centro-periferia¹, como na Zona da Mata Mineira. Nesse contexto, a região apresenta-se com uma economia urbana e regional dualizada e polarizada:

[...] Sul, representada por municípios em torno de Juiz de Fora, onde prevaleciam grandes estabelecimentos e uma população rural rarefeita, e a parte Norte, compreendida pelos municípios em torno de Viçosa, Ponte Nova e Muriaé, onde os

¹ Expressão cunhada por Raul Prebisch (1962). Para ele, a renda média dos países latino-americanos era inferior aos países industriais por conta dos diferenciais de produtividade das atividades econômicas entre o que se denominava “centro” e “periferia”. O “centro” era formado pelos países industriais e a “periferia”, pelos países que se subordinavam às suas necessidades. Na Zona da Mata Mineira, é possível notar o “centro” como parte da região Sul (industrializada) e a “periferia”, a região Norte (com pouco dinamismo econômico).

estabelecimentos eram mais divididos e a densidade rural mais acentuada (CARNEIRO, 2006, p. 546).

Subsumida por uma população com perfil produtivo regional, como destaca Toledo (2012, p. 25), “com a presença de pequenas propriedades, com determinado tipo de agricultor e cultivos, a modernização que ocorre no Brasil, principalmente a partir da década de 1960, não atingiu de forma expressiva a região”.

Soares (2009) aponta que a região vem sendo denominada “área-problema”. Com investimentos contínuos de políticas governamentais para dinamização de seu crescimento, uma vez que o reflexo de seu povoamento denso e difuso não surtiu efeitos nas dinâmicas socioeconômicas da região. À exceção, segundo Soares (2009, p. 8), “[...] de algumas cidades que desenvolveram um potencial industrial e comercial – Juiz de Fora é o melhor exemplo –, grande parte dos municípios da Mata apresenta um quadro de estagnação de suas economias”.

A estagnação econômica é, para Netto e Diniz (2010), consequência da heterogeneidade da Zona da Mata Mineira e do considerável desmembramento dos municípios compostos, em sua maioria, por populações próximas a 10.000 habitantes, comprometendo o efetivo investimento. Assim, esses autores classificam a região como inequivocamente estagnada, marcada por um modesto crescimento econômico e por baixos índices de qualidade de vida.

Diante dessa dinâmica apresentada pela microrregião, ao longo dos anos de 1970 até os dias atuais, torna-se relevante avaliar suas condições sociodemográficas e socioeconômicas. Como aponta Carneiro (2006), a grande maioria dos municípios das microrregiões de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, apresenta população rural superior à urbana, sobressaindo as atividades agropecuárias. Afirma ainda que a maior parte da população está ocupada, principalmente, em atividades do setor primário, como agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, das quais se sobressai a agricultura familiar. Isto traz consequências para os estabelecimentos agropecuários, limitados pela falta de políticas direcionadas aos pequenos produtores rurais, contribuindo para intensificar as precárias condições de vida da população.

De acordo com Gomes (2011), dos 853 municípios mineiros, 243 (28,4%) possuem população rural superior à população urbana. Na Zona da Mata Mineira, dos 142, temos 32 (22,5% do total) com população rural maior que a urbana (IBGE, 2010). Nos restantes 610, encontramos 318 (52,1%) em que a maior parte da população está ocupada diretamente no setor agropecuário, extração vegetal ou pesca (GOMES, 2011). Isso significa que, com base nesses pressupostos, 66% dos municípios mineiros e 28,02% da população total do Estado são rurais. Fato este explicado pelo predomínio da agricultura de autoconsumo e proximidade geográfica

com a região das minas, na parte Centro-Norte da região, e que amparou a baixa diversificação urbano-industrial. Concomitante, os municípios do Centro-Sul, inseridos no eixo de articulação voltou-se para o mercado externo.

A proeminência da persistência da produção familiar foi notada por Silva (2006) dada a penetração seletiva do capital no campo mineiro, reconfigurando, no fim do século XX, as tendências de disparidades regionais tradicionais no Estado. A Zona da Mata Mineira possui níveis baixos de Desenvolvimento Humano (IDH), como no caso do município de Araponga, localizado na microrregião de Viçosa, com índice de 0.536. Dos 142 municípios, dois ocupam índices altos – Viçosa, com 0.775, e Juiz de Fora, com 0.778. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), em 2010, são considerados como alto desenvolvimento segundo a classificação internacional. Outros 26 tiveram índices entre 0.70 e 0.788 (alto); 120 tiveram índices entre 0.60 e 0.70 (médio), e seis, com índices entre 0.50 e 0.60 (baixo). Prevaecem-se os municípios com IDH-M classificados como médios.

Uma outra especificidade desta região é a elevada pendularidade entre o campo e a cidade, como aponta Santos (2018). A desconcentração produtiva modificou as vantagens comparativas territoriais das grandes aglomerações, florescendo os centros intermediários e aumentando o processo de interiorização do desenvolvimento econômico nacional, favorecendo as cidades médias e de regiões de fronteira agrícola e mineral. A evidência de dirigentes de estabelecimentos agropecuários residindo nas cidades é sinalizada por Fiúza (2016). Nos pequenos municípios de economia agrícola, a maior parte dos dirigentes de estabelecimentos agropecuários residem fora do empreendimento rural. A proximidade entre o campo e a cidade constituiu-se como uma realidade em função da maior acessibilidade aos meios de transporte motorizados. Revela-se também uma redução do esvaziamento do campo, em que a zona rural desses pequenos municípios perde população, ao mesmo tempo em que, na zona urbana desses pequenos municípios, não há grandes perdas populacionais.

A produção agrícola mineira tem como principal característica a diversidade². Bastos e Gomes (2011) sinalizaram para a coexistência de regiões de base produtiva intensiva em tecnologia e alta produtividade e outras cuja produção é essencialmente rudimentar e voltada para a subsistência. O caráter heterogêneo da agricultura mineira – do ponto de vista biofísico, técnico, social, econômico e regional – é reflexo de ambientes diversos num Estado de grandes

² A diversidade da agricultura do Brasil se associa ao modo desigual como ocorreu o acesso à terra e como o seu sentido e significado foi sendo mudado com o desenvolvimento do manejo e cultivo agrícolas, ou seja, a desigualdade e a diversidade econômica da agricultura brasileira são, ao mesmo tempo, causa e consequência do modelo de ocupação territorial do país (SCHNEIDER apud BASTOS; GOMES, 2011).

dimensões e expressa-se tanto na categoria patronal (empresário capitalista), quanto familiar. Ressalta-se o fato de grande parte da mão de obra agrícola mineira ser familiar. Diante desse cenário e com diversificados estabelecimentos agropecuários, tanto em tamanho, quanto na racionalidade produtiva, configurando ao lado da região Norte de Minas Gerais, tradicionalmente marcada por produção pouco dinâmica e pequeno uso de tecnologia, a Zona da Mata Mineira tem em vista as suas especificidades que distinguiram e ainda distinguem como uma região empobrecida, desigual e heterogênea.

Justifica-se este interesse, pois, nos estudos sobre a economia regional, o rural e o urbano têm ficado à margem da percepção de que a maioria da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e que a população rural é maior nos municípios com até 20 mil habitantes. Podemos encontrar cidades com características rurais e campos com características urbanas, entre outros aspectos, por sua localização regional e dinâmica de estruturação urbana, pelas suas características sociodemográficas ou socioeconômicas e por sua organização, manifestação ou representação dos modos de vida. O recorte deste trabalho trata-se dos 142 municípios da Zona da Mata Mineira. Nossa questão-problema parte para responder: como, em uma região marcada pela penduralidade entre campo-cidade, empobrecida e agrícola, dá-se a lógica de racionalidade produtiva dos estabelecimentos agropecuários? Em que medida os indicadores sociodemográficos e socioeconômicos explicam esse fenômeno pela dimensão da economia regional?

Há de se reconhecer, contudo, que os pequenos municípios, segundo Corrêa (2011), localizam-se a uma distância próxima, o que viabiliza os deslocamentos pendulares, mobilidades e migrações daqueles que ali vivem, mas trabalham na cidade e, no caso aqui, moram na cidade e dirigem-se ao estabelecimento no campo. Ao longo do tempo, assiste-se ao deslocamento do lugar de moradia dos proprietários de estabelecimentos agropecuários, que passam a residir nas sedes municipais e, em seguida, nas cidades (WANDERLEY; FAVARETTO, 2013). Acredita-se que a participação relativa dos estabelecimentos agropecuários nos pequenos e médios municípios permite-nos compreender a importância numérica dos estabelecimentos familiares e sua participação na economia regional da área agrícola da Zona da Mata Mineira (CINTRA, 2013). Igualmente, Monteiro e Resende (1988) afirmam que os contrastes da economia brasileira podem estar, ainda, determinando a reprodução dos pequenos e médios estabelecimentos agropecuários. Para tanto, cotiza-se com este artigo caracterizar a dinâmica sociodemográfica e socioeconômica da Zona da Mata Mineira (ZMM), da década de 1970 aos dias atuais. Busca-se analisar os dados sociodemográficos e socioeconômicos dos 142 municípios da Zona da Mata

Mineira e verificar as dinâmicas, as especificidades e as características dos seus estabelecimentos agropecuários.

Este artigo acha-se subdividido nestas impressões introdutórias, seguidas por suas incursões metodológicas. A próxima seção traz à tona algumas características sociodemográficas e socioeconômicas para, em seguida, discutir as dinâmicas produtivas, as especificidades e as características dos estabelecimentos agropecuários no contexto da Zona da Mata Mineira (ZMM). Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais buscamos sintetizar as principais conclusões que decorreram deste estudo.

2 Metodologia

No presente estudo adotamos como métodos: o bibliográfico e o documental (consulta a banco de dados secundários) e uma abordagem quantitativa. Quanto aos objetivos, toma-se a forma de pesquisa bibliográfica, que, no dizer de Gil (2008), tem a finalidade de proporcionar maior familiaridade com a problemática apresentada. Já em relação aos procedimentos, a técnica é de levantamento bibliográfico, constituído principalmente de livros e artigos científicos com base em material já produzido sobre o tema. Dessas ações, resultaram dois momentos de organização dos corpos de dados da pesquisa. O primeiro deles foi a construção dos dados dos indicadores sociodemográficos e socioeconômicos: variação populacional no decorrer das décadas urbano-rural, Produto Interno Bruto (agropecuário, renda per capita), Estrutura Fundiária das Unidades Produtivas (UP) dos municípios da Zona da Mata Mineira, População Economicamente Ativa (PEA) urbano-rural dos 142 municípios da Zona da Mata Mineira. O segundo deu-se pelo investimento estatístico por meio do EXCEL® 2013. Os dados secundários foram obtidos por meio da busca no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como fonte o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, através do IPEADATA e do Atlas de Desenvolvimento Humano, que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Em termos de indicadores, elencou-se como dados sociodemográficos: população rural, urbana, masculina e feminina (1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Os dados socioeconômicos foram considerados: i) população economicamente ativa rural, urbana, masculina e feminina (1970, 1980, 1991, 2000, 2010); ii) PIB Municipal e Agropecuário (1970, 1980, 1995, 2000, 2010); iii) renda per capita, renda per capita média (1970, 1980, 1991, 2000, 2010); iv) número total de estabelecimentos agropecuários (1970, 1980, 1995, 2006, 2017); v) número área total dos

estabelecimentos agropecuários 1970, 1980, 1995, 2006, 2017); e vi) número total de estabelecimentos agropecuários por tamanho da propriedade (1995, 2006, 2017).

Foi realizado um estudo analítico dos indicadores do Censo Agropecuário da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1970, 1980, 1995, 2006 e 2017, com o intuito de verificar se há perdas ou ganhos de estabelecimentos agropecuários, assim como sua caracterização, dinâmicas produtivas e especificidades. O conceito de estabelecimento agropecuário adotado neste estudo foi o proposto pelo IBGE (apud GUIMARÃES; BACCARIN, 2017), considerando-se como “estabelecimento agropecuário” todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

A distribuição da posse de terra foi analisada comparando-se a participação de cada grupo de estabelecimentos, no número e na área do total dos estabelecimentos agropecuários da Zona da Mata Mineira. Utilizou-se o Censo Agropecuário 2006 e 2017, pois este abriu novas possibilidades de investigação sobre as características sociológicas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários, em função de ter incluído questões que permitiam apurar a existência de atividades não agropecuárias ou o exercício de atividades fora do estabelecimento pelos chefes e/ou membros da família (ESCHER et al., 2014).

Em relação às fontes de dados secundários, estes apresentam como vantagens a dimensão da cobertura populacional, o baixo custo para a coleta das informações e acessibilidade. Entre as desvantagens, notam-se a falta de padronização dos dados ao longo do tempo.

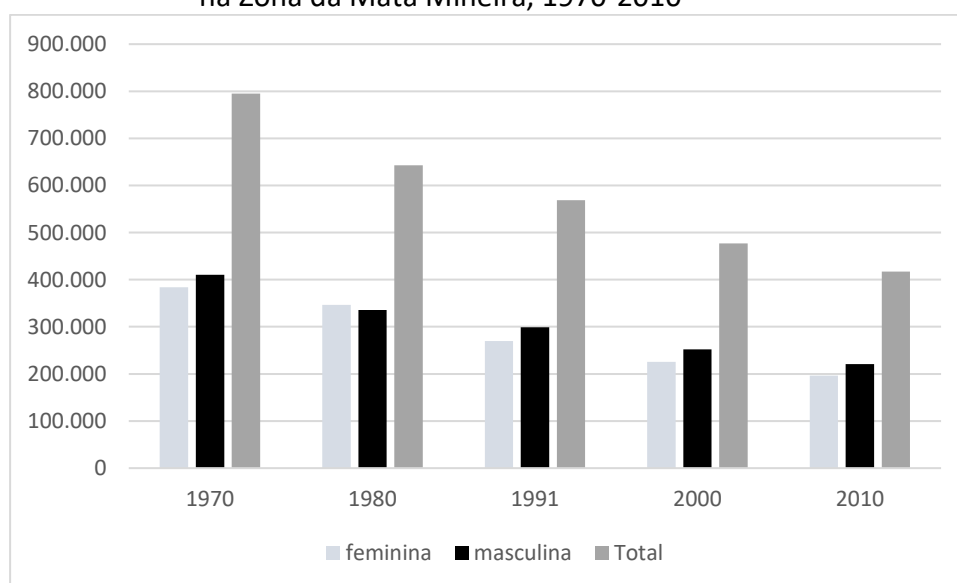
3 Caracterização sociodemográfica e socioeconômica da Zona da Mata Mineira

Segundo o IBGE, em 2020, a ZMM apresentava uma população de, aproximadamente, 2.321.594 pessoas, representando 11% da população do estado de Minas Gerais. Desse total, engloba 142 municípios. A análise da variação populacional começa pelos anos de 1970 devido à intensificação das transformações ocorridas no meio rural brasileiro. A população rural da Zona da Mata Mineira tem sofrido uma mudança de seus números demográficos.

Na década de 1970, a população feminina rural era de 383.988 (47,9%) mulheres, já os homens representavam 410.491 (51,3%). Em 1980, era de 346.392 (53,8%) mulheres e os homens de 335.649 (52,2%). Na década de 1991, as mulheres no meio rural eram de 269.547 (47,3%) e os homens, 299.200 (52,6%). Nos anos 2000, a população rural feminina era composta de 225.307 (47,2%) e os homens, 252.005 (52,7%). No último Censo de 2010, as mulheres eram um total de 196.468 (47%) e os homens, de 220.700 (52%) (Gráfico 1).

A masculinização do campo é um fenômeno crescente e tem rebatimento no uso da terra e da mão de obra com a utilização de novas tecnologias, sendo necessário aumentar a força de trabalho por não poder contar com a mão-de-obra dos familiares para ajudar no cultivo e na manutenção do estabelecimento. Destaca-se também que o êxodo rural feminino é acompanhado pela busca de trabalho urbano e da entrada da mulher no trabalho urbano.

Gráfico 1 – Distribuição da população rural (total, feminina e masculina) na Zona da Mata Mineira, 1970-2010



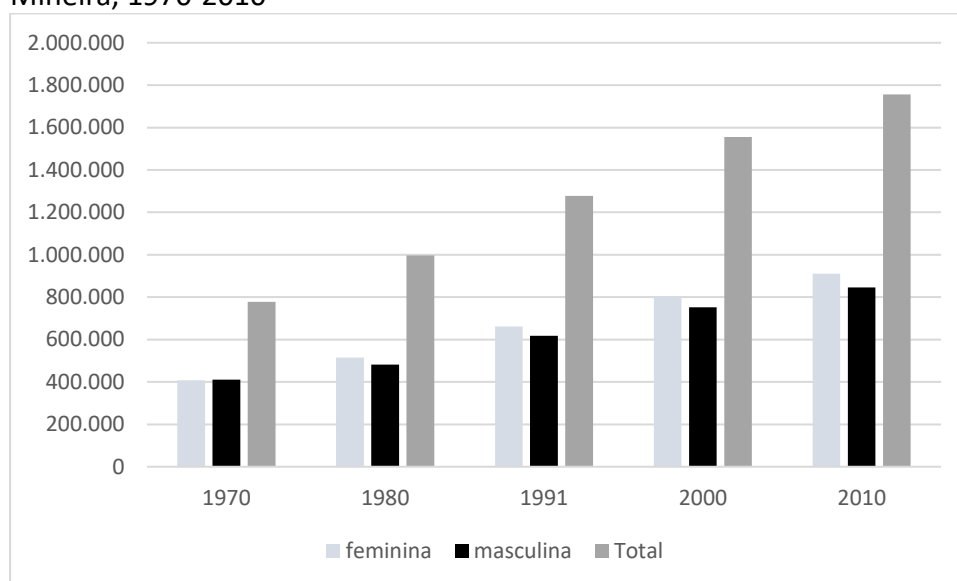
Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Castro (2006) chama atenção que a evolução populacional da mesorregião tem assumido uma tendência de crescimento, a partir da década de 1970, no meio urbano. Já no período entre 1991 a 2010, a Zona da Mata Mineira registrou queda significativa tanto da sua população rural feminina, quanto masculina. Essas mudanças são acompanhadas pelas dificuldades oriundas da sua base econômica, que são a agropecuária e a cafeicultura. Para Paiva e Toma (2005, p. 214), “[...] a atividade agropecuária se dava sob o modelo tradicional de exploração extensiva, que não foi suportado pelas condições de relevo do solo e por falta de capital oriundo do incipiente setor industrial”. Emerge-se o fluxo migratório campo-cidade e, no caso da Zona da Mata,

segundo Netto e Diniz (2006), com a queda do primeiro ciclo cafeeiro, o movimento migratório se dá na própria região e, na maioria das vezes, dentro do próprio município. Assim, os pequenos municípios possibilitam que se continuem a trabalhar no campo e residir na cidade. E o trabalho agrícola de forma parcial no campo coaduna com o trabalho não-agrícola na cidade.

Em relação à população urbana da Zona da Mata Mineira, confirma-se a tendência concentradora e desigual de distribuição espacial da população, de acordo com Castro (2006). Em 1970, as mulheres eram 408.097 (52,4%), no meio urbano, e os homens, 410.491 (52,7%). Na década de 1980, 514.996 (51,6%) mulheres viviam nas cidades e 482.459 (48,4%) homens. No ano de 1991, as mulheres compunham 661.351 (51,7%) no total da população urbana e os homens, 617.060 (48,2%). Em 2000, 803.504 (51,6%) mulheres residiam no meio urbano e 752.661 (48,3%) homens. No último Censo de 2010, o total da população feminina urbana era de 910.592 (51,8%) e a população masculina urbana de 845.614 (48,1%) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição da população urbana (total, feminina e masculina) na Zona da Mata Mineira, 1970-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Decorrentes das mudanças ao longo dos anos, a localização geográfica dos pequenos municípios, alguns situados próximos aos grandes centros urbanos do Sudeste, Castro (2006, p. 5) aponta que:

A Zona da Mata sempre esteve condicionada a polarização por eles exercida interferindo no comportamento demográfico e favorecendo um intenso processo migratório, sobretudo durante as décadas de 1960 (430 mil emigrantes) e 1970 (280 mil emigrantes) determinando um processo de esvaziamento socioeconômico e populacional.

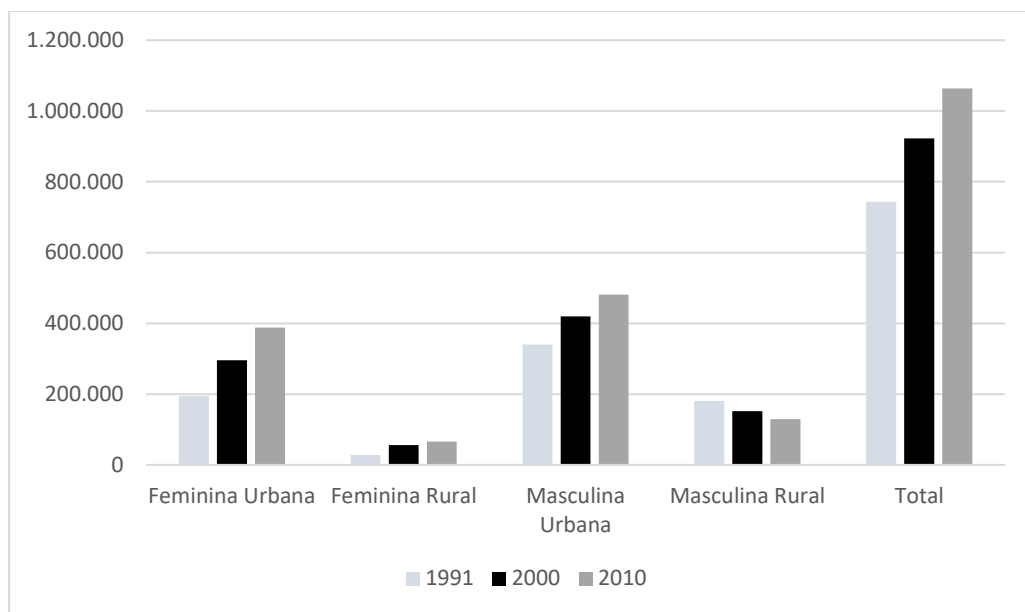
Diante desse contexto, a hipótese deste trabalho é que há uma nova lógica de racionalidade produtiva/ econômica dos estabelecimentos agropecuários, que é a reativação de vocações históricas microrregionais e/ ou a criação de novas atividades que se tornam satisfatoriamente rentáveis face às potencialidades microrregionais, como sugere Paiva e Toma (2005). Como exemplo, têm-se as agroindústrias rurais domésticas, que retêm a população, diminuindo a emigração e redinamizando a economia. Outro fator são os pequenos municípios que tem auxiliado no entendimento do fenômeno do *commuting*, ou seja, o ir e vir (diário, semanal, quinzenal, etc.).

Segundo Schindegger e Krajasits (apud BASALDI, 2001), o aumento da mobilidade das pessoas é uma reação ao processo de concentração geográfica da demanda de mão-de-obra no mercado de trabalho, em algumas regiões privilegiadas. Os pequenos municípios situam-se em um ambiente urbanizado e o meio rural se beneficia disso. Além disso, as áreas rurais continuam frequentemente fornecendo mão-de-obra para as áreas urbanas. A distância geográfica de alguns municípios e suas áreas rurais facilitam essas novas relações sociais urbanas/ rurais.

Coutinho e Fiúza (2019) analisaram os deslocamentos cotidianos dos rurais. Pelos itinerários, evidenciaram que, para além das finalidades econômicas, há também as culturais. E apontam que o ir e vir (campo ↔ cidade) revela as modificações e mediações entre os modos de vida rurais, constituindo-se em um vetor de interiorização do processo de urbanização e de manifestação dos interesses das sociedades rurais.

Quando se analisa os números referentes à População Economicamente Ativa (PEA), da década de 1991 até 2010, no meio rural da microrregião da Zona da Mata Mineira, percebe-se que ela diminuiu na população feminina e masculina. Ao passo que a PEA urbana cresceu, de 1991 a 2010, entre os dois segmentos populacionais. De acordo com os dados, se analisarmos do ponto de vista da variação da PEA rural feminina, esta cresceu e a PEA rural masculina diminuiu. Esse resultado mostra que as mulheres têm se distanciado em relação ao trabalho agrícola. Essa opção sugere a pluriatividade das famílias rurais. Nesse sentido, Basaldi (2001) sinaliza ainda para a falta de oportunidades de trabalho na agricultura, gerando a inserção da mulher no trabalho não-agrícola, muitas vezes, ligado ao lugar social que as mulheres ocupam na força de trabalho em condições precárias e sem proteção social, como o trabalho doméstico ou informais nas cidades (Gráfico 3).

Gráfico 3 – População Economicamente Ativa segundo sexo, Zona da Mata Mineira 1991-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1991, 2000, 2010).

Castro, Alencar e Soares (2012) asseveram que a População Economicamente Ativa (PEA) revelou estagnação socioeconômica, com salto negativo na microrregião de Ponte Nova e no entorno de Juiz de Fora. Essa instabilidade é oriunda da evasão populacional em áreas de elevadas perdas rurais e mudança da estrutura produtiva rural a partir da diminuição dos investimentos na cafeicultura e com a substituição de lavouras pela pecuária leiteira.

O Produto Interno Bruto (PIB) municipal das sete microrregiões, como demonstra a tabela 1 a seguir, tem revelado melhoria nos índices em todas as regiões em comparação com o ano de 2010. Os municípios da microrregião de Juiz de Fora acabam desempenhando função de destaque, desde a década de 1970 aos anos 2010, e têm aumentado sua participação no PIB da Zona da Mata Mineira. Neto e Diniz (2006) diz que o setor de serviços da Zona da Mata é o principal gerador de riquezas, representando 57,80% do PIB da região.

Por outro lado, as microrregiões de Viçosa e Ponte Nova apresentaram os menores valores. Quando analisamos a variação durante o período de 1970 a 2010, todas as microrregiões tiveram aumento na participação do PIB municipal, com destaque para a microrregião de Muriaé, Manhuaçu e Cataguases. A microrregião de Cataguases tem destaque na indústria têxtil e na produção de energia elétrica, centralizando o setor industrial. Já Muriaé vem polarizando a indústria de confecções, muito embora, a região tem uma vocação voltada para o setor agropecuário. Manhuaçu tem expandido no segundo ciclo cafeeiro. De resto, Netto e Diniz (2006, p. 32), analisando o PIB da Mesorregião, apontam que “há certa pulverização na composição do

PIB de serviços entre quatro microrregiões, com relativo desempenho: Ubá, Cataguases, Manhuaçu e Muriaé” (Tabela 1).

Tabela 1 – PIB a preços constantes (em R\$). Zona da Mata Mineira, 1970-2010

Microrregião	PIB Municipal				
	1970	1980	1996	2000	2010
Ponte Nova	251.376,87	559.747,50	516.340,85	613.583,89	777.335,76
Manhuaçu	192.704,45	624.553,75	748.757,10	911.247,98	1.286.895,53
Viçosa	144.722,54	389.664,74	419.774,42	524.096,40	737.821,82
Muriaé	278.958,23	693.104,87	745.102,51	835.842,43	1.099.214,38
Ubá	251.398,25	636.754,73	676.998,86	861.469,68	1.379.604,36
Juiz de Fora	1.250.503,57	2.765.047,95	3.771.515,07	3.898.539,52	4.756.212,11
Cataguases	364.528,82	750.089,74	665.566,00	960.934,90	1.346.213,97

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA, IBGE, IDHM.

Esses dados manifestam que, analisando a maioria dos municípios da Zona da Mata Mineira, estes possuem população inferior a 10.000 habitantes, cujas receitas são provenientes de transferências constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) do Governo Federal. Esses pequenos municípios apresentam um comércio local reduzido e as atividades agropecuárias são basicamente de autoconsumo. Outra forma de proventos são as rendas das aposentadorias e pensões de suas populações idosas e os programas assistenciais de transferência de renda. Portanto, há poucas chances desses pequenos municípios concorrerem para um substancial elevação do PIB da região. Ademais, esses pequenos municípios mantêm forte relação com o meio rural (NETTO; DINIZ, 2006).

Quando se analisa o PIB agropecuário da Mesorregião, temos um aumento para o período de 1970 a 2010, em todas as microrregiões. Entretanto, é pouco significativo para as microrregiões de Ubá e Cataguases. Em 2010, a microrregião de Muriaé e Manhuaçu destacava-se no setor agropecuário (Tabela 2).

A microrregião de Ubá pode ter seus números explicados pela baixa adoção no setor agropecuário e forte investimento na indústria moveleira, tornando-se polo moveleiro. E Cataguases pelo aumento em função das atividades ligadas à indústria têxtil, com uma tendência de uma área de influência a convergir para a órbita do Rio de Janeiro (CASTRO; ALENCAR; SOARES, 2012). Nas outras microrregiões, o setor agropecuário tem se revelado na produção e comercialização pulverizadas de arroz, café, fumo, suínos, avicultura, fruticultura, leiteira, etc.

Tabela 2 – PIB Agropecuário a preços constantes (em R\$). Zona da Mata Mineira, 1970-2010

Microrregião	PIB Agropecuário				
	1970	1980	1996	2000	2010
Ponte Nova	89.865,04	242.804,29	167.542,70	108.190,59	108.366,04
Manhuaçu	81.374,75	294.466,62	434.395,13	194.945,28	301.340,73
Viçosa	66.858,66	184.589,55	135.429,20	114.252,84	110.416,36
Muriaé	82.249,56	296.250,99	290.743,96	141.218,04	142.080,81
Ubá	68.351,45	188.186,77	108.557,64	79.851,75	78.957,50
Juiz de Fora	82.975,77	290.737,43	136.297,89	131.101,25	124.873,53
Cataguases	58.985,21	163.317,10	102.314,47	67.201,61	81.338,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA, IBGE, IDHM.

Isso colabora para que os pequenos municípios e os estabelecimentos agropecuários da região tenham relevante papel na economia regional da Zona da Mata Mineira. Faria et al. (2018) explicam que o valor adicionado da agropecuária ficou mais polarizado na microrregião de Manhuaçu devido ao aumento da produção de café de 30% na área plantada, contribuindo com mais de 18% de participação no PIB agropecuário. Em Muriaé, já se tem tradicionalmente a participação do PIB agropecuário vocacionada para o setor.

Sabe-se que o processo de urbanização deu origem aos pequenos municípios, que tem especificidades e dinâmicas ditadas por lei, como no caso das emancipações da década de 1990. Porém, Wanderley e Favaretto (2013) sinalizam que nesses pequenos municípios vivem a maior parcela da população hoje considerada rural. As pequenas e médias propriedades, segundo Monteiro e Resende (1988,) já chamava, a atenção que abrigavam perto de 70% da população ativa do campo, contribuindo para a produção de alimentos e buscando integrar o mercado através da venda do excedente de produção e da venda sazonal da força de trabalho.

Para analisar os efeitos da renda per capita na Zona da Mata Mineira, levou-se em conta, para o período 1970-1996, a renda familiar expressa em salários mínimos. Aqui, reside uma das limitações de dados secundários disponíveis para essa variável, já que IDHM e IPEADATA adotam metodologias diferenciadas. Assim, apesar dos obstáculos apresentados, na década de 1980, houve um significativo aumento da renda per capita média. A microrregião de Juiz de Fora, desde 1970, obtém ganhos graduais em sua renda per capita média. A microrregião de Manhuaçu vem sofrendo reversão até a década de 1996. Após esse período, observamos um incremento na renda per capita nos anos 2000-2010 (Tabela 3).

Tabela 3 – Renda Per Capita. Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, 1970-2010

Microrregião	Renda Per Capita				
	1970*	1980*	1996*	2000	2010
Ponte Nova	4,66	10,44	8,27	5.723,10	12.367,83
Manhuaçu	3,39	9,51	7,26	7.682,24	14.024,98
Viçosa	4,55	11,45	9,00	5.633,24	13.342,80
Muriaé	5,37	13,31	9,94	6.826,58	15.070,40
Ubá	5,4	13,02	10,87	6.072,51	13.925,86
Juiz de Fora	11,88	27,2	22,15	11.778,37	27.279,83
Cataguases	5,16	13,54	10,66	5.559,04	12.281,18

* As rendas familiares per capita de 1970-1996 foram expressas em salários mínimos.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA, IBGE, IDHM.

Com relação à taxa de crescimento da renda per capita entre 1970 e 1996, os valores apresentados na tabela 3 indicam melhoria dos índices em todas as regiões. Posteriormente, nos anos 2000 e 2010, os municípios da microrregião de Viçosa, Ponte Nova, Cataguases apresentaram maior variação da renda per capita, saindo respectivamente de R\$ 5.633,24, R\$ 5.723,10 e R\$ 5.559,04 em 2000, para R\$ 13.324,80, R\$ 12.367,83 e R\$ 12.281,18, em 2010. Percebemos que essas mudanças ocorreram concomitante às transformações no meio rural, demonstrando que, no decorrer dos anos, ocorreram mudanças significativas na estrutura agrária mineira, item que será analisado a seguir e nos ajudará a compreender o perfil fundiário da Zona da Mata Mineira (GUIMARÃES; BACCARIN, 2017).

4 Caracterização das dinâmicas produtivas e as especificidades dos estabelecimentos agropecuários da Zona da Mata Mineira

A Zona da Mata Mineira apresenta, de acordo com Toledo (2012), atualmente, um perfil fundiário com predomínio de propriedades menores (em média 35 ha) e forte presença do cultivo do café e da pecuária. Igualmente, o relevo e o clima adequam-se aos sistemas produtivos, representando importante fonte de renda para os agricultores que encontram lugar apenas nos vales férteis, o que eleva de sobremaneira os custos de produção em comparação a outras regiões do estado, como o Triângulo (SANTOS et al. apud BASTOS; GOMES, 2011).

A produção de grãos na região é explorada, principalmente, em pequenas propriedades, como culturas de autoconsumo, sendo comercializado apenas o excedente, caso em que se destacam as culturas do arroz, milho e feijão. O café é um produto cuja expressividade regional tem crescido tanto em volume produzido (segunda maior produtora do Estado), quanto em

qualidade, tendo alcançado reconhecimento internacional, sobretudo nos municípios de Manhuaçu, Durandé, Matipó e São João do Manhuaçu. A fruticultura vem ganhando espaço como alternativa para os produtores do município de Guiricema, com destaque para a goiaba e a manga. Contudo, pode-se afirmar que a capacidade produtiva local é ainda subutilizada e os potenciais (posição geográfica e malha rodoviária) ainda podem ser mais eficientemente explorados. A mesorregião é, também, a terceira maior produtora de arroz no Estado, com destaque nos municípios de Leopoldina, Muriaé e Carangola (BASTOS; GOMES, 2011).

Quanto à produção de bovinos, Rodrigues (2019) evidencia que é majoritária na Zona da Mata Mineira a bovinocultura de leite e, nesse segmento, a maioria das cabeças de gado estão em estabelecimentos da agricultura familiar³, assim como na avicultura. Entretanto, conta-se com uma boa rede de indústrias de laticínios e serviços públicos de assistência técnica e de extensão rural. Os municípios com expressiva produção de leite são: Juiz de Fora, Ubá, Muriaé, Ponte Nova e Manhuaçu.

Em relação à dinâmica produtiva do leite, a Zona da Mata possuía, em 2006, 12,85% dos estabelecimentos com criação de bovinos, que ocupavam 7,25% da área agrícola total do Estado. Contava-se com 28.448 estabelecimentos produzindo 32,9% de leite do total da região. Em 2017, os estabelecimentos produzindo leite na região foram de 26.536 unidades (30,6%). Pode-se depreender que a pecuária leiteira é importante para a economia agrícola local e menos intensiva em tecnologia, embora o volume da produção seja alto favorecido pela dimensão de seu território (INAES, 2010).

Segundo dados do Instituto Antônio Ernesto de Salvo (INAES), o ano de 1995 apresentou-se atípico na série, com redução de área ocupada e do número de estabelecimentos no Estado. No último Censo, em 2006, retomou-se a trajetória observada no primeiro período citado: crescimento do número de estabelecimentos, mas a área ocupada total sofreu drástica redução (INAES, 2010). Analisando-se o Censo de 2017, houve diminuição na faixa e dimensão do número de estabelecimentos de menos de 1 hectare, porém, nos estratos de 5 hectares a menos 10 hectares, aumentou em 24,4%.

Comparando 1995-2017 (Tabela 4), nota-se que a maioria dos municípios sofreram reduções nos estabelecimentos que possuem entre 100 hectares e 200 hectares, sendo essa redução observada em 90 municípios da Zona da Mata Mineira com 938 propriedades a menos.

³ Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o agricultor familiar seria aquele que: 1. Não possuisse mais que quatro módulos fiscais; 2. Utilizasse predominantemente a mão de obra da própria família em seu empreendimento; 3. Possuísse renda familiar predominantemente gerada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento e; 4. Administrasse a propriedade com a família.

Em seguida, os de 50 hectares a 100 hectares, em 88 municípios, representando a perda de 1.444 propriedades. A distribuição da área de 200 hectares a 500 hectares teve, em 74 municípios, a diminuição de 395 propriedades e as propriedades de 20 hectares a 50 hectares teve uma redução em 73 municípios de 2.244 unidades. Essa distribuição fundiária pode ser explicada pelo fracionamento da terra na região e da modernização agrícola que atingiu parcelas significativas de produtores rurais que não tiveram as condições consideradas inicialmente favoráveis ao processo de mudança tecnológica e passaram a ser fornecedores de matéria-prima para o processamento industrial de forma integrada, como aponta Toledo (2012).

Tabela 4 – Número de municípios onde houve perda de área dos estabelecimentos agropecuários da mesorregião da Zona da Mata: 1995-2017, 1995-2006, 2006-2017

Hectare	1995-2006	2006-2017	1995-2017
< 1ha	51	61	50
1ha < 2ha	26	68	38
5ha < 10ha	44	60	40
10ha < 20ha	55	55	53
20ha < 50ha	88	49	73
50ha < 100ha	102	47	88
100ha < 200ha	99	47	90
200ha < 500ha	87	41	74
500ha < 1000ha	25	23	26

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1995, 2006, 2017).

Quanto ao número da perda e da dimensão dos estabelecimentos agropecuários por municípios entre as microrregiões, para o período analisado 1995-2017, algumas observações são evidentes. Na microrregião de Ponte Nova, os municípios de Barra Longa e Dom Silvério tiveram perdas na maioria das faixas e dimensão, com 196 e 384 estabelecimentos a menos, respectivamente. Na microrregião de Manhuaçu, o município de Abre Campo teve perda de 464 estabelecimentos, Manhuaçu, Manhumirim e Santa Margarida, respectivamente, tiveram diminuição de 415, 180 e 122 estabelecimentos agropecuários. Na microrregião Viçosa, o município de Porto Firme obteve a perda de 280 estabelecimentos, referente a seis faixas. Também nessa quantidade de faixas, Brás Pires e São Miguel do Anta perderam 279 e 218 estabelecimentos, nessa ordem. Já na microrregião de Muriaé, o município de Mirai teve uma diminuição de 283 estabelecimentos e os municípios de Barão de Monte Alto e Eugenópolis, respectivamente, 245 e 241 estabelecimentos a menos. A microrregião de Ubá revelou o município de Ubá com 379 estabelecimentos agropecuários a menos e o município de Guidoal, com 151 estabelecimentos. Para a microrregião de Juiz de Fora, os dados evidenciam o município

de Rio Preto, com 222 estabelecimentos a menos, e Rio Novo, com 136 estabelecimentos a menos. Em relação ao maior número de faixas com perda, Oliveira Fortes e Olaria obtiveram redução em sete faixas, com 90 e 52 propriedades a menos, respectivamente. A mesma tendência foi verificada na microrregião de Cataguases, onde o município de Recreio obteve 131 estabelecimentos a menos, Leopoldina, com 112 estabelecimentos a menos, e o município de Palma, com perda de 70 estabelecimentos.

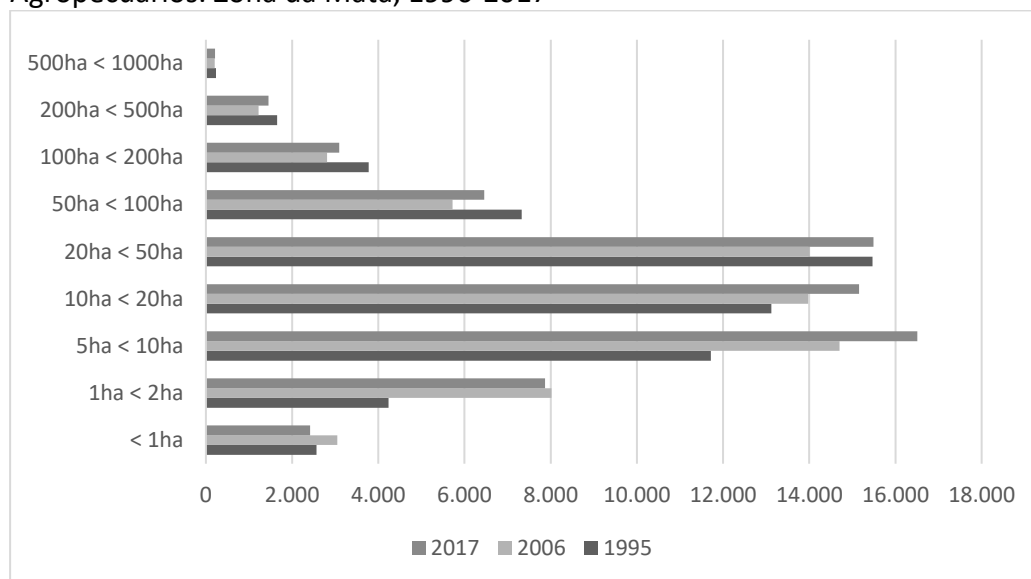
Em relação à faixa e à dimensão da queda da área ocupada em todos os estratos, as microrregiões obtiveram diminuição em área nos estabelecimentos agropecuários, sobressaindo os estabelecimentos situados na faixa e dimensão de 20 hectares a menos de 50 hectares, sendo que a microrregião de Manhauçu apresenta um número de propriedades perdidas significativamente maior em relações às demais (651 estabelecimentos a menos). Em seguida, destacam-se os estratos de 50 hectares a 100 hectares e de 1 hectares a menos de 2 hectares.

Quanto ao número e área de estabelecimentos agropecuários na Zona da Mata Mineira, Rodrigues (2019), com base no Censo Agropecuário de 2006, afirma que a área total dos estabelecimentos agropecuários era de 2.238.568 hectares, 49,6% utilizados por agricultores familiares e 51,4%, por não familiares. Dentre essas áreas utilizadas pelos agricultores familiares, 92,32% eram de proprietários, 4,46% eram de arrendatários, 1,79% era de parceiros e 1,34%, de ocupantes. No Censo Agropecuário de 2017, a área total dos estabelecimentos agropecuários era de 2.484.464 hectares (aumento de 9,8%), com 75,5% utilizados pelos agricultores familiares e 24,4%, não familiares. Nas áreas utilizadas pelos agricultores familiares, 86,9% eram de proprietários, 3,2% de arrendatários, 5,2% de parceiros e 0,29% de ocupantes.

Percebemos algumas alterações ao longo dos anos. A principal delas é o aumento da participação dos agricultores familiares, da distribuição da área total e do número de parceiros. Além disso, houve queda no número de proprietários, de estabelecimentos não familiares, de arrendatários e de ocupantes. Segundo Rodrigues (2019, p. 37), “historicamente, a forma como se organizou a atividade produtiva provocou grandes impactos na estrutura fundiária, na vegetação e nas relações sociais da Zona da Mata Mineira”.

Em 2017, o Censo Agropecuário indicava para a região com área de menos de 1 hectare até mais de 1.000 hectares a existência de 68.651 estabelecimentos agropecuários. As propriedades entre 5 hectares menos de 10 hectares são as que mais se destacam, com 16.508 estabelecimentos agropecuários, seguidas das com área de 20 hectares menos de 50 hectares, representando 15.489, e os de dimensão entre 10 hectares menos de 20 hectares, com 15.157 estabelecimentos agropecuários, conforme Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Distribuição absoluta do número segundo tamanho dos Estabelecimentos Agropecuários. Zona da Mata, 1996-2017



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários (1995, 2006, 2017).

Essas propriedades representavam, em 1995, 60.095 unidades. Em 2006, o Censo Agropecuário apurou que elas eram 63.726 estabelecimentos agropecuários e, em 2017, totalizavam 68.651 estabelecimentos agropecuários. Rodrigues (2019) assevera que boa parte da agricultura praticada é a tradicional, fundada nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, sendo direcionada para a demanda dos mercados local e regional, embora, “[...] não têm se mostrado capaz de promover um processo dinâmico de crescimento das microrregiões” (RODRIGUES, 2019, p. 36). A exceção é a cafeicultura praticada na microrregião de Manhauçu e a suinocultura e a avicultura na microrregião de Ubá. Além disso, na mesorregião, há destaque, na agropecuária, para a criação de gado leiteiro, plantações de cana-de-açúcar, milho e feijão.

As propriedades com menos de 2 hectares, em 1995, representavam 4.236 estabelecimentos. Em 2006, contavam-se 8.021 e, em 2017, correspondiam a 7.869 unidades. Monteiro e Resende (1988) já chamavam atenção para esse dado que não deixa de ser preocupante, pois, boa parte dessas propriedades não tem condições de gerar renda que proporcione vida digna ao proprietário. A área ocupada pelas propriedades de menos de 10 hectares, em 1995, representavam 11.716 unidades. Em 2006, esses estabelecimentos chegaram a 14.704 unidades e, em 2017, 16.508 unidades. Isto evidencia, em tese, que estes proprietários são os que mais necessitam de apoio de políticas públicas agrícolas. Por isso mesmo, apresentam poucas perspectivas para os jovens, gerando êxodo rural juvenil.

Da amostra, o que chama a atenção é o número de propriedades com menos de 1.000 hectares que, em 1995, correspondiam a 233, em 2006, diminui para 205 e, em 2017, no último

Censo Agropecuário, contabilizou 210 propriedades agropecuárias. Verifica-se a existência da diminuição da fronteira agrícola, a expansão da urbanização em terrenos agrícolas e acentuado fracionamento do número de pequenos estabelecimentos agropecuários (MONTEIRO; RESENDE, 1988), coerente com os dados apresentados anteriormente.

5 Considerações finais

Nota-se que, dos 142 municípios da Zona da Mata Mineira, 32 (22,5% do total) possuem população rural maior que a urbana. A vivência entre a “frente urbana consolidada” e as áreas rurais aproxima e comuta uma redefinição da organização do espaço e de sociabilidade socioeconômica. Pelos dados secundários, os indicadores sociodemográficos evidenciam as transformações ocorridas no período de 1970-2010. A demografia populacional da Zona da Mata Mineira assistiu, na década de 1970-1980, uma mudança da sua população rural, que passou a viver e a trabalhar nos pequenos municípios. Entretanto, não escapa o fato de que, mesmo vivendo na área urbana, continuam mantendo e promovendo novas relações socioeconômicas urbano-rurais. A conurbação campo-cidade diante das distâncias entre as zonas rurais facilitam os deslocamentos diários e os itinerários cotidianos. Esse fenômeno explica, em parte, o motivo dos dirigentes de estabelecimentos agrícolas residirem nos perímetros urbanos desses pequenos municípios.

No que tange às variáveis socioeconômicas, percebe-se que, pela dimensão material, a Zona da Mata Mineira ainda carece de um dinamismo econômico que culmine em um planejamento de seu desenvolvimento socioeconômico. Ressalta-se que as sete microrregiões apresentam desigualdades marcantes em sua diversidade econômica e de distribuição regional da produção, heterogeneidade da pauta produtiva e estágios de modernização do setor agrícola.

Quanto ao emprego e renda, os setores industriais e de serviços não assimilaram a mão-de-obra que vem do campo devido à baixa qualificação. Entretanto, há um projeto de desenvolvimento local de dinamização da economia da Zona da Mata Mineira pela reprimarização de suas potencialidades locais. As disparidades entre as microrregiões contribuem de forma desigual e excludente para que a maioria de sua população possa ter acesso a bens e serviços para melhorarem suas condições de trabalho, renda e qualidade de vida.

Foi possível notar que a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e suas respectivas faixas e dimensão revelou que os estabelecimentos entre 5 hectares menos de 10 hectares prevaleceram no decorrer dos anos analisados. Todavia, acerca da participação relativa

dos estabelecimentos agropecuários nos pequenos e médios municípios, na economia regional da Zona da Mata Mineira, é importante que sejam observadas também as tendências gerais, como, por exemplo, os processos de sucessão e de herança. Para onde está indo esses estabelecimentos agropecuários sem sucessor? Quanto ao fracionamento dos estabelecimentos, como o aumento do número delas em determinadas faixas e dimensão e redução em outras determinam a participação relativa na produção total? É evidente, porém, o avanço dos processos de urbanização, em torno dos pequenos e médios municípios. Também não escapa o fato da criação de áreas de preservação e conservação ambiental, que atua suprimindo a área disponível para a produção rural.

Seria muito importante que a análise não se fizesse apenas pela perda e pela dimensão dos estabelecimentos agropecuários por municípios entre as microrregiões, para o período analisado (1995-2017), como foi feito aqui. Os resultados encontrados nesta pesquisa oferecem importante contribuição sobre a relação entre o número de estabelecimentos e o tamanho do estabelecimento, ao verificar que os contrastes podem determinar a reprodução dos pequenos e médios estabelecimentos dos municípios. Mas também, deve-se levar em conta fatores que colaboram para reduzir as desigualdades inter-regionais rurais, como, por exemplo, o acesso à irrigação, assistência técnica, tecnologia, financiamento ou associação do produtor em cooperativas, cobertura social (aposentadorias e pensões).

Finalmente, torna-se importante rever algumas políticas públicas de desenvolvimento rural que, ao longo de 20 anos, não lograram êxito em combater as desigualdades no meio rural da Zona da Mata Mineira. As ambiguidades e disparidades entre as microrregiões são resultados de uma ação combinada e contraditória das diversas práticas desenvolvimentistas socioeconômicas e de políticas desajustadas.

Referências

BALSADI, O. V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, 2001.

BASTOS, S. Q. A.; GOMES, J. E. Dinâmica da agricultura no estado de Minas Gerais análise estrutural-diferencial para o período 1994-2008. **Ruris**, Campinas, v. 5, n. 2, set. 2011.

CASTRO, L. F. S. **Dinâmica demográfica da Zona da Mata Mineira e a microrregião geográfica de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a5.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

- CASTRO, J. F. M.; ALENCAR, B. J. de; SOARES, T. L. Análise da infraestrutura socioeconômica e das áreas de influência da Zona da Mata de Minas Gerais (1991-2000). **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 37, p. 29-46, 2012.
- CARNEIRO, P. A. S. Desigualdades intrarregional na zona da mata mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, jul. 2006.
- CINTRA, A. P. U. **Os pequenos municípios no Paraná**: permanências e mudanças no rural (censos, 2000-2010). 188 f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP**, São Paulo, n. 30, p. 5-12, 2011.
- COUTINHO, E. A.; FIÚZA, A. L. de C. A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, M. A. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./ dez. 2014.
- FARIA, W. R.; JÚNIOR, A. A. B.; SANTIAGO, F. S.; MONTENEGRO, R. L. G.; REIS, F. S. Estrutura socioeconômica, vantagens competitivas e padrão regional: avaliando as disparidades da Zona da Mata de Minas Gerais em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 51-73, jul. 2018.
- FIÚZA, A. L. de C. **Morar na cidade e produzir no campo**: as práticas de gestão e a racionalidade produtivas dos agricultores pluriativos citadinos. Projeto de pesquisa, CNPq, fev. 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, I. O espaço rural em questão: o caso dos municípios rurais de Minas Gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas/MS, n. 13, ano 8, maio 2011.
- GUIMARÃES, A. R.; BACCARIN, J. G. Análise dos censos agropecuários no estado de Minas Gerais. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 19, n. 1, p. 1-20, jan./ jun. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INAES. Instituto Antônio Ernesto de Salvo. **Perfil do Produtor de Leite nas Regiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes de Minas Gerais**. Belo Horizonte, abr. 2010. Disponível em: <http://www.sistemafaemg.org.br/Web/Files/78254187520427351104618717211016419432126.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2020.
- MONTEIRO, J. de A.; RESENDE, L. M. de A. A pequena propriedade agrícola em Minas Gerais. **Informe Agropecuário EPAMIG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 157, p. 10-18, 1988.
- NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A formação geo-histórica da zona da mata de Minas Gerais. **Revista RA'EGA**, Curitiba, n. 12, p. 21-34, 2006.
- NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A Zona da Mata de Minas Gerais de espaço estratégico à região estagnada. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DA HISTÓRIA DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2010, Rio Pomba. **Anais...** Rio Pomba: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, 2010.
- PAIVA, M. C. S. de; TOMA, P. S. A dinâmica populacional da Zona da Mata mineira no período de 1960 a 1990. **Revista Científica da FAMINAS**, Muriaé, v. 1, n. 2, p. 213-233, mai./ ago. 2005.

PIRES, M. M.; MOROLLÓN, F. R.; GOMES, A. S.; POLÈSE, M. **Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento**. Ilhéus, BA: Editus, 2018.

PREBISCHI, Raul. Boletim: El desarrollo economico de La America Latina y algunos de sus principales problemas. **Boletín Economico de America Latina**, Santiago de Chile, v. 7, n. 1, 1962.

RODRIGUES, G. M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIB's total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 29-48, jan./mar. 2019.

SANTOS, B. L. P. **Deslocamentos pendulares e salários nas cidades médias brasileiras**. 101 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SILVA, H. Modernização agrícola e padrões de desenvolvimento urbano em Minas Gerais: uma tipologia a partir de técnicas de análise multivariada. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SOARES, J. M. **Das Minas às Gerais: um estudo sobre as origens do processo de formação da rede urbana da Zona da Mata**. 235f. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TOLEDO, G. S. **Produtores integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural**. 218 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

WANDERLEY, M. de N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013.